

ENSINO REMOTO PARA QUEM? uma análise do ensino oferecido em uma escola municipal de Corumbá para alunos surdos em tempos de pandemia

REMOTE EDUCATION FOR WHO? an analysis of teaching offered at a municipal school in Corumbá for deaf students in pandemic times

*Carlos Roberto de Oliveira Lima (Me.)**



Imperatriz (MA), v. 4, n. 6, p. 16-28, jan./jun. 2022
ISSN 2675-0805

Recebido em: 3 de novembro de 2021
Aprovado em: 28 de julho de 2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como tem ocorrido o processo educacional de sujeitos surdos em uma escola pública do interior de Mato Grosso do Sul durante este período de pandemia. Devido ao novo COVID-19, novas formas de analisar a educação se tornaram necessárias, portanto, nesta pesquisa, busca-se investigar como é ofertado o ensino em uma escola municipal do município de Corumbá, cidade situada a 428,2 km da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e compreender como são realizadas as atividades pelos professores e as mudanças que precisaram enfrentar para se readequar nesse momento. Para tanto, foram realizadas entrevistas com dois docentes de uma escola municipal, atuantes no Ensino Fundamental I e II e que dão aulas remotas para turmas com alunos surdos. Por intermédio das narrativas colhidas, foi possível averiguar como o ensino tem chegado a essa camada populacional. As análises foram realizadas tendo como base as noções propostas por Michel Foucault. Em conclusão, pode-se afirmar que o processo educacional no universo coletado têm reproduzido uma desigualdade de acesso à informação e à educação para sujeitos surdos quando se trata de ofertar as mesmas condições de acesso e padrão de qualidade, reafirmando estereótipos negativos nas percepções dos próprios alunos sobre si mesmos.

Palavras-chave: Pandemia. Educação. Surdez.

* Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS/CPAN); E-mail: carlosrobertolima1112@gmail.com; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3633-1755>.

ABSTRACT

This article aims to understand how the educational process of a public school in the interior of Mato Grosso do Sul took place during the pandemic period. Due to the new COVID-19, new ways of analyzing education became necessary, therefore, this research seeks to investigate how teaching is offered in a municipal school in the city of Corumbá, located 428.2 km distant from Mato Grosso do Sul's capital, Campo Grande, and to understand how the activities are performed by the teachers and the changes they have to face in order to readjust at this time. For this purpose, an interview was conducted with two teachers from this institution, working in Elementary School I and II, who work with deaf students. Through the collected narratives it was possible to figure out how teaching has reached this population stratum. The analyzes were performed based on Michel Foucault's proposals. In conclusion, it can be said that the educational process in the collected universe has reproduced an inequality of access to information and education for deaf students when it comes to offering the same access conditions and quality standard, reaffirming negative stereotypes in the students' own perceptions of themselves.

Keywords: Pandemic. Education. Deafness.

1 Introdução

A educação no Brasil, desde a segunda quinzena de março do ano de 2020, sofreu uma grande modificação devido à incorporação de práticas emergenciais de isolamento social e combate ao novo coronavírus, descoberto em dezembro de 2019 na província de Wuhan, China. Rapidamente, devido a sua altíssima capacidade de transmissão, o novo coronavírus se alastrou pelo mundo, reduzindo a circulação de pessoas, tanto entre países, quanto entre estados e, até mesmo, entre bairros e ruas (REIS, 2020).

A descoberta desse novo vírus está relacionada a um acontecimento ocorrido em um mercado de peixes e animais vivos, conforme declarado pela China em 31 de dezembro de 2019, que ocasionou uma pneumonia em 27 pessoas por intermédio de um vírus, até então, desconhecido. O vírus foi identificado em 7 de janeiro de 2020 como uma nova modalidade de coronavírus, 2019-nCoV, sendo denominado pela Organização Mundial de Saúde – OMS como COVID-19 (PEÑA-OTERO *et al.*, 2020).

Segundo os supramencionados autores, esse é o terceiro tipo de coronavírus a causar pneumonias graves neste século. Os dois primeiros casos, a saber, foram: “o produtor da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV: 8.098 casos em 2003 e 10% de letalidade por 7 meses) e da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV: 2.458 casos em 2012 e letalidade de 34%)” (PEÑA-OTERO *et al.*, 2020, p. 195). Essas três modalidades de coronavírus são originárias de vírus zoonóticos, sendo considerados como agentes causadores os civetas, na SARS, os camelos, na MERS e, ao que parece, os pangolins na COVID-19 (LIU; CHEN; CHEN, 2019).

Os sintomas da COVID-19 são semelhantes aos da gripe (alta temperatura, mialgia, sintomas respiratórios e possível progressão para pneumonia) sendo que, ainda, não há um fator antiviral testado e comprovado¹. A transmissão pode ocorrer através de contato próximo, gotículas respiratórias ou mãos contaminadas. Indivíduos assintomáticos, que podem estar com a COVID-19, mas que não manifestam nenhum dos sintomas, são passíveis de transmissão do vírus. Considera-se também a possível transmissão por intermédio de superfícies infectadas e mecanismos fecal-oral (PEÑA-OTERO *et al.*, 2020).

A chegada desse novo vírus ao Brasil acarretou mudanças nos comportamentos sociais e, rapidamente, deu-se início, através de diversas resoluções e pareceres normativos dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, a substituição das aulas presenciais para a incorporação do ensino remoto, como pontuado no parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação – CNE publicado em 28 de abril de 2020.

Esse documento aduz que as atividades pedagógicas não presenciais poderiam ser mediadas, ou não, pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino, redes sociais, correio eletrônico e *blogs*, entre outros), sendo necessário levar em consideração propostas inclusivas que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais (BRASIL/MEC, 2020).

Diante desse contexto, importa para esta pesquisa entender como a educação de surdos em uma escola localizada na cidade de Corumbá, interior de Mato Grosso do Sul, tem ocorrido mediante as orientações propostas pelo MEC, exaltando a necessidade de que as propostas inclusivas não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais.

Dessa forma, foi realizada uma aplicação de questionários com dois docentes da referida instituição que atuam diretamente com os mesmos alunos surdos. A partir dos relatos sobre as experiências desses professores, como objetivo geral, pretende-se entender como tem ocorrido esse processo educacional de uma escola pública do interior de Mato Grosso do Sul durante o período de pandemia, para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) analisar as mudanças ocorridas na didática desses professores; 2) compreender como as atividades estão sendo elaboradas dentro de suas realidades e; 3) averiguar os posicionamentos que esses docentes apresentam frente a esta pandemia.

2 Fundamentação Teórica

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB), salienta em seu artigo 3º que o ensino precisa ser ministrado com base nos seguintes princípios: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] IX - garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996). Tendo como referência esses dois

¹ Um fator antiviral testado e comprovado ainda não havia sido identificado e definido durante o período da pesquisa.

pontos da LDB, é preciso considerar que, neste momento atípico, deve ser garantida qualidade para um ensino que já não possui território físico de encontro entre professorado e alunado.

Para fornecer um tipo de educação que preze pela qualidade do ensino e que seja possível de ser acessada por todos os alunos de forma a não reforçar ou aumentar a desigualdade social, os professores estão sendo

forçados a buscar táticas de inclusão [...] criando dispositivos de ensino por conta própria e [os] estudantes se tornaram autodidatas da noite para o dia e estão, como bem explicita a propaganda do Governo sobre o ENEM 2020, “estudando como podem” (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 217).

O discurso veiculado pela mídia de que os estudantes estão “estudando como podem” produz um sentimento no imaginário social de que as condições de aprovação no exame se encontram unicamente no sujeito, ou seja, todas as amarrações sociais que se instauraram a partir da pandemia, logo, não deveriam ser consideradas um empecilho para alcançar a aprovação.

Foucault, em sua obra *A ordem do discurso*, aduz que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41). Assim, vemos aparecer nesse discurso veiculado nas redes televisivas uma ideia de que, no sistema educacional, por meio da disciplinarização, torna-se “normal” a ideia da (auto)competência. É o poder das normas sociais que são estabelecidas mediante os discursos considerados socialmente como verdadeiros.

Nesse caminho, se seguirmos no âmbito da macropolítica da educação, “estamos legitimando um processo de estriamento e estratificação que permite controlar e até mesmo ‘apagar’, neutralizar as diferenças” (GALLO, 2014, p. 12). Portanto, faz-se necessário observar as micropolíticas de atendimento educacional, neste caso, aos sujeitos surdos que ocupam o lugar de educandos no processo educacional.

Concordamos com Skliar (2017) ao mencionar que o que dá sentido à educação é a experiência e não a verdade. Segundo este autor, educamos para modificar o que já sabemos e não para transmitir aos demais algo já sabido, ou seja, “se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo” (SKLIAR, 2017, p. 2).

Dessa forma, na seção seguinte, são apresentadas as escolhas metodológicas para chegar à instituição analisada, os processos de formalização do ensino remoto emergencial e como os discursos dos professores são contrastados nesse emaranhado de informações que subjetivam e formam tanto estudantes quanto educadores.

3 Materiais e Métodos

A cidade do interior de Mato Grosso do Sul abarcada por este estudo, Corumbá, é também conhecida como cidade branca ou a capital do Pantanal. A cidade, que possui um quantitativo de 112.058 habitantes (IBGE, 2020), foi

fundada em 21 de setembro de 1778, sendo batizada, inicialmente, como Santa Cruz de Corumbá. Ela foi palco de guerras e disputas por território, tanto por colonos portugueses e espanhóis quanto pelo país de fronteira, Bolívia, o que exigiu um árduo período de reconstrução (CORREIO BRASILIENSE, 2017).

A província conseguiu sua autonomia política em 1850 e passou a ser denominada Corumbá. Banhada pelo rio Paraguai, tem sua economia em torno das águas com o incentivo de navios cargueiros que deságuam no Porto Geral, além de forte auxílio na criação de gado (CORREIO BRASILIENSE, 2017). Em seu sistema de ensino, Corumbá possui um quantitativo de 63 instituições de ensino, sendo dividida conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de Instituições de ensino de Corumbá.

Município	Dependência Administrativa	Escolas
Corumbá	Estadual	11
	Federal	1
	Municipal	36
	Privada	15
Total		63

Fonte: DEED/INEP/MEC, 2020.

Como base para escolher em qual dependência administrativa seria realizada a construção deste trabalho, foi levado em consideração o quantitativo de instituições apresentadas nessa tabela para determinar o *locus* de análise das escolas municipais da região.

Dentre elas, a escolha da Escola Municipal Caic – Padre Ernesto Sassida se justificativa por ser uma instituição que atende alunos da creche, da pré-escola, do ensino fundamental I e II e do EJA, mesmo não ofertando vagas para o Ensino Médio. A referida instituição dispunha de uma grande quantidade de alunos, além de haver entre seu alunado a presença de crianças surdas – um dos requisitos de seleção para a entrevista com os docentes. Esse quantitativo de alunos está dividido conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantitativo de alunos da instituição por modalidade de ensino – ano base 2018.

Modalidade de Ensino	Quantitativo de alunos matriculados
Creche	156
Pré-escola	152
Anos iniciais (1º ao 5º ano)	347
Anos finais (6º ao 9º ano)	136
Ensino Médio	0
Educação de Jovens e Adultos	52
Educação Especial	43
TOTAL	886

Fonte: Tabela adaptada de QEdu (2020).

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, é possível perceber que o maior quantitativo de alunos se encontra, no Ensino Fundamental I, sendo seguido pela creche e pelo Ensino Fundamental II.

Assim, foi criado na plataforma *Google Forms*, em consonância com as questões de isolamento social durante o período de pesquisa, um questionário contendo 10 questões orientadoras que foram encaminhadas para os dois professores atuantes com os alunos surdos do Ensino Fundamental da escola selecionada para pesquisa. Na seção a seguir, são abordados os resultados e as discussões acerca desse levantamento.

4 Resultados e Discussões

As mudanças ocorridas no período de pandemia trazem uma grande necessidade de reinvenção, não só na área educacional, mas também em outras áreas, como na profissional e pessoal. Há alguns modos e jeitos tradicionalistas que podem ser alterados com maior facilidade e outros que não se deixam ser alterados com a mesma facilidade e dinâmica.

A didática dos professores, se vista de uma forma macro e unilateral, tem sido capaz de atender aos alunos, porém, ao adentrar o recinto das situações micro, a base da norma que rege o processo educacional se manteve inalterada. O período pandêmico tornou possível a emersão desse processo de inclusão que, paradoxalmente, ainda se mantém excludente por ser uma educação pensada apenas para aqueles que ouvem.

Nos termos de Lopes e Fabris (2013, p. 10), podemos caracterizar esse processo como uma *in/exclusão*. As autoras se fazem valer desse termo para dar “visibilidade ao caráter subjetivo que está implicado nos processos de discriminação negativa e nos processos de degradação humana” enfrentados tanto pelos sujeitos em situação de rua, marginalizados, quanto por aqueles que passam por discriminação religiosa, sexual, econômica, étnica etc., dando a entender que estes não estão excluídos da totalidade da sociedade.

Dessa forma, a partir desse pensamento, na seção seguinte, são apresentados os docentes entrevistados e as intempéries que o período pandêmico trouxe para o processo educacional ofertado por eles.

4.1 Os docentes e suas intempéries: a plataforma educacional

O primeiro docente a responder o questionário foi Antônio². Formado em Educação Física, ministra aulas no Ensino Fundamental I e II da referida instituição. Antônio é professor de um aluno surdo e recebe o apoio de uma tradutora intérprete especializada em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A intérprete realiza o processo comunicacional entre os dois idiomas: Libras e a língua portuguesa.

² Os nomes dos participantes são fictícios, preservando, assim, a sua identidade.

A segunda docente participante é Ana³, formada em Pedagogia, também atuante no Ensino Fundamental I e II da referida instituição. Assim como Antônio, Ana atende o mesmo aluno surdo e recebe apoio da mesma profissional tradutora intérprete de Libras.

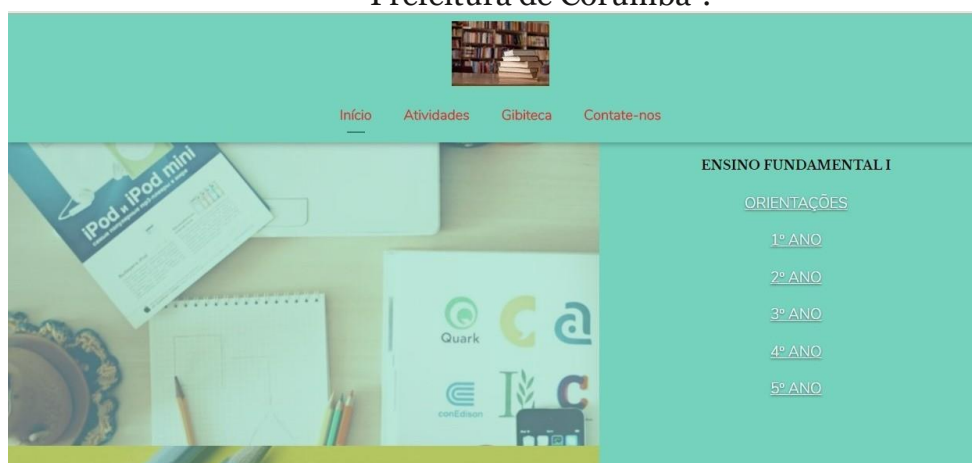
Neste período de pandemia, tanto Antônio como Ana estão tendo que trabalhar de forma remota e utilizar recursos tecnológicos para a realização das aulas. Alguns dos meios tecnológicos mencionados pelos docentes foram: plataforma *online* da prefeitura, videoaulas e grupos por turmas no *WhatsApp*.

Esta plataforma *online* se constitui em uma ferramenta ofertada pela Prefeitura de Corumbá para a concentração de atividades, vídeos e leituras, entre outros elementos educacionais, para os alunos realizarem de suas casas e, assim, complementarem suas notas para o ano letivo⁴.

Os alunos que não possuem acesso à internet e ficam impossibilitados de acessar as atividades por intermédio da plataforma possuem a opção de estar se dirigindo até a escola, em dia e hora previamente combinados, para retirar as atividades de forma impressa para serem realizadas.

A organização visual da plataforma é de fácil acesso e se encontra dividida por ano, tanto para o Ensino Fundamental I, quanto para o Ensino Fundamental II, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 - Tela inicial da plataforma disponibilizada pela Prefeitura de Corumbá⁵.



FONTE: Corumbá (2020).

Ao navegar por essa tela, os pais dos estudantes, ou mesmo os próprios alunos, possuem, na lateral direita, a relação de séries que a escola atende e, ao selecionar, clicando em uma das opções, são direcionados às atividades correspondentes ao ano em que o aluno está matriculado. Ao abrir a opção desejada, uma nova guia com novas opções de atividades é apresentada.

³ Os nomes dos participantes são fictícios, preservando, assim, a sua identidade.

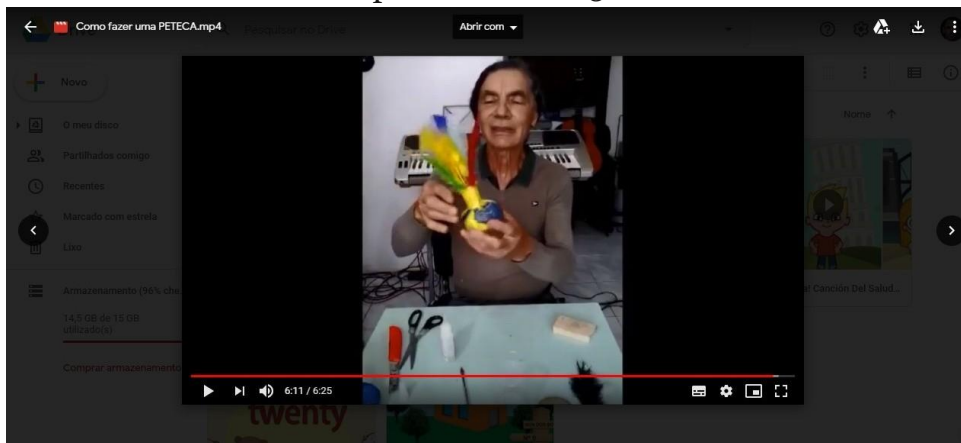
⁴ Disponível em: <http://www.semedcorumba.com.br/atividades>.

⁵ <http://www.semedcorumba.com.br/>. Acesso em: ago. 2020.

Nessa nova tela, surgirão três opções: 1) leitura; 2) vídeos; e 3) atividades. Ao clicar na primeira opção, leitura, o aluno ou o seu responsável será direcionado para uma pasta do *Google Drive* onde há, até o momento deste levantamento, seis blocos de atividades de leitura.

A segunda opção, atividades de vídeo, também redireciona para uma pasta do *Google Drive* onde há seis blocos de atividades em vídeo, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Tela com exemplo de vídeo disponibilizado no bloco 1 para alunos do 3º ano⁶.



FONTE: Corumbá (2020).

É importante salientar que esta opção possui vídeos com: cantigas; informativos sobre como tomar medidas preventivas contra o coronavírus; formas de confeccionar brinquedos utilizando materiais de fácil acesso, como papelão e sacolas plásticas; e aulas ilustrativas com desenhos animados, entre outras modalidades de conteúdo. Porém, é necessário frisar que a grande maioria dos vídeos não possui o recurso de legenda e nenhum vídeo analisado possui a janela de interpretação de Língua de Sinais.

Esses recursos, inegavelmente, são necessários para a inclusão dos sujeitos surdos existentes na rede municipal de educação. Tratando-se de Corumbá, cidade fronteira com a Bolívia, foi verificada também a presença de vídeos na plataforma em língua espanhola. Dentre os vídeos analisados, nenhum apresentou o recurso de audiodescrição, janela de tradução em Língua Brasileira de Sinais ou mesmo de legenda. A respeito dessa questão, na fala de Antônio, há a seguinte explicação:

[...] os alunos baixam esses blocos de atividades, já existem seis blocos, e cada bloco possui um número de atividades, conforme cada disciplina e o aluno consegue acessar cada atividade de cada disciplina. Só que lá não há atividades adaptadas para alunos com deficiência. Você só vai encontrar atividades que englobam, de maneira geral, os objetivos do professor e essas atividades readaptadas são feitas depois com os professores de apoio [...] mas eu vejo que algumas atividades não são cem por cento voltadas para os

⁶ <http://www.semedcorumba.com.br/videos>. Acesso em: ago. 2020.

alunos com deficiência. Tem atividade ali que o aluno não vai conseguir realizar nem com a ajuda do apoio.

Percebemos, nesse trecho, uma prática que é capaz de subjetivar os alunos surdos a enxergarem a si mesmos abaixo da linha da norma social auditiva. Baseado em Humphries (1977), por *norma social auditiva*, podemos entender a materialidade existente nos discursos que instauram o padrão da audição como uma “normalidade”, uma norma, uma forma de ser no mundo, portanto, aquele que não ouve, se encontra abaixo da norma da audição.

A norma apontada não é definida naturalmente, mas sim como “um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado” (FOUCAULT, 2010b, p. 43). É como se existisse uma determinação inescapável: “[...] a simples posição de ser ouvinte torna-se o sucesso e ser surdo torna-se o fracasso” (HUMPHRIES, 1977, p. 44).

Dito de outra forma, é como se “em termos disciplinares, os indivíduos [surdos, neste caso, fossem] preparados para se ajustar às funções sociais excludentes, mas que os inclui no rol dessas mesmas categorias excludentes” (CARVALHO, 2015, p. 196).

Assim, nos discursos docentes, há uma noção de que a educação desses sujeitos surdos tem ficado em segundo plano se contrastada com a educação oferecida aos alunos ouvintes. Tal fato é capaz de subjetivar o estudante a entender que, por sua condição, estará destinado ao segundo plano de uma convivência social.

O processo que esses sujeitos estão vivendo pode ser considerado um processo de normalização. Para Lopes e Fabris (2013), “[...] *normalizar* significa uma ação de dobradiça onde se articulam no sujeito as práticas disciplinares e as de regulação” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 44, grifo das autoras), ou seja, é a norma que será capaz de controlar as ações individuais dos sujeitos “com a finalidade de proteger a sociedade” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 44).

Percebemos que a educação ofertada nessa instituição está sendo realizada a partir do princípio de uma normalização, a do sujeito ouvinte. “É do *normal* instituído nas comunidades que se pode apontar o *anormal* e definir a *normalidade* para aquele grupo” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 45, grifo das autoras).

Esse processo normalizador, validando o posicionamento das autoras, é capaz de criar a noção de que não há problemas no fato de as atividades educacionais para os alunos surdos serem realizadas “depois”, que não estejam na plataforma acessada pelos demais alunos, que seu processo educacional não ocorra nos mesmos moldes do processo educacional dos demais.

Antônio também pontuou que as atividades da plataforma são elaboradas por todos os professores da rede e encaminhadas para a Secretaria Municipal de Educação – SEMED que seleciona, entre as atividades recebidas, quais serão submetidas para a plataforma.

Nesse processo, Antônio relatou se sentir chateado com a forma como as atividades são selecionadas. Seu discurso pontua a seguinte situação: “*eu passo um tempão planejando as atividades e quando vou olhar na plataforma quais atividades foram escolhidas, é a de um cara que colocou nas referências a fonte do*

Wikipédia. [...] eu fico meio chateado”. Nesse trecho, há a percepção, por parte de Antônio, de uma fragilidade na plataforma, além do fato de suas atividades não serem elencadas para estarem disponíveis para seus próprios alunos, que o levam a questionar o modo de seleção.

Há, na fala de Antônio, em suas letras, o desejo de compartilhar o saber com sua classe, porém a unidade organizadora e seletiva das atividades se mostra um empecilho para tal ação. Com tais características, a plataforma é a ferramenta disponibilizada pela Prefeitura de Corumbá para atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino durante o período pandêmico.

Na fala tanto de Antônio quanto de Ana, surge o discurso de insuficiência para atender o aluno surdo:

Tive que aprender a fazer vídeo em conjunto com a intérprete, me comunico semanalmente com ele [o aluno surdo], e sinalizo que estou com muita saudade, isso estreita os laços entre professor e aluno e converso com a mãe para saber se ele está nos entendendo, se estão tendo alguma dificuldade. Ele fica feliz ao me ver, a mãe me disse esses dias que sente saudade da escola. Todos nós estamos ansiosos para o retorno às aulas, pois o contato físico, a socialização, principalmente para uma criança, é muito importante para o seu desenvolvimento [...] estou fazendo o meu melhor! (Ana).

O fato de não saber libras é uma das dificuldades que atrapalham na interação com os alunos, mas com a ajuda dos professores intérpretes essa interação tem melhorado. Firmei uma parceria com a professora intérprete e planejo todas as atividades pensando nas principais dificuldades dos alunos (Antônio).

Percebemos a preocupação dos docentes entrevistados com o que falta para atender aos alunos surdos que se encontram no processo educacional nos moldes inclusivos neste período pandêmico. Ao detectarem que a plataforma proposta pela Prefeitura de Corumbá não contempla os “outros”, aqueles que estão fora da questão normativa da audição, parcerias foram firmadas com os profissionais específicos de tradução e interpretação para a confecção de materiais adaptados, vídeos, jogos e brincadeiras, em uma tentativa de incluir.

Para a discussão, destacamos uma fala de Ana a respeito de capacitação docente:

[...] é importante pensar na formação dos regentes quando se fala em inclusão, não temos formação a nível de inclusão, e também os outros professores das outras áreas, que quando pegam um aluno com deficiência ficam bem assustados. Precisamos entender que para falar de inclusão precisa acreditar nela e tentar fazer a diferença na vida do aluno e da família.

Ana acredita que algo no processo está desfigurado. Esse é o início do posicionamento que precisa existir. Contemplar a maioria em detrimento da minoria é um modo tradicional de pensamento normalizador que precisa ser rompido. Quando as atividades enviadas para a plataforma chegam até os alunos,

é necessário que estejam preparadas para atender a todo o quadro estudantil, sem demarcação da diferença de forma negativa.

Lançar uma atividade para a maioria e não se preocupar em atender aos grupos linguisticamente diferentes é reforçar processos de desumanização. É corroborar com as leituras de mundo que esses alunos já enfrentam em outras esferas sociais a partir de suas experiências de opressão, de pobreza, de preconceito e de marginalização. É não cumprir as recomendações propostas pelo Conselho Nacional de Educação. É deixar de lado as condições de igualdade de acesso propostas pela LDB.

Assim, procurando responder aos objetivos elencados, as mudanças ocorridas na didática dos professores mostraram a necessidade de capacitação do corpo docente para o atendimento ao público surdo – que já estava ali antes da pandemia, porém não detectados na malha fina do processo educacional.

Além de tentativas tecnológicas de incluir os alunos surdos, a didática dos docentes se mostrou alterada, se comparada ao período não pandêmico, pois a necessidade de firmar parcerias com os profissionais de tradução e interpretação a fim de possibilitar a acessibilidade linguística, materializou-se. Tal parceria proporcionou as incipientes tentativas de comunicação por parte dos docentes diretamente na língua do aluno surdo, tendo como resultado, uma forma de estreitar laços e tornar a diferença parte integrante do contexto do todo.

Foi averiguado, também, que o posicionamento desses docentes frente a essa demanda, antes submersa no processo educacional, foi determinante para que todos os elementos acima mencionados principiassem a existir. Dessa forma, podemos elencar que eles puderam desenvolver a autoconsciência de que o processo educacional neste período pandêmico possui fragilidades e necessita ser repensado à luz da inclusão de sujeitos surdos; reconhecer a necessidade de habilidades comunicacionais com os alunos surdos; entender a necessidade de que a educação inclusiva ocorra com a igualdade de condições de acesso ao saber proposto pela escola; e, por fim, reconhecer a necessidade de garantia do padrão de qualidade educacional para sujeitos surdos e ouvintes.

5 Considerações Finais

Concluir, quando há tantas coisas para dizer, se torna doloroso, porém, a partir da investigação e do recorte analisado neste artigo, há algo inegável: as atividades realizadas e distribuídas pela SEMED de Corumbá e capturadas nesta pesquisa são capazes de subjetivar os alunos surdos a verem, narrarem e julgarem a si mesmos abaixo da norma social auditiva já mencionada no corpo deste texto. Isso porque suas atividades ficam em segundo plano e não estão no mesmo tempo e lugar que as direcionadas aos demais alunos. A exclusão se apresenta nesse momento.

O processo de normalização gerado é capaz de conduzir o sujeito surdo a acreditar que o modelo ouvinte seria aquele completo e realizado, aquele que está dentro da norma social e que sempre virá primeiro, nesse caso aquele de quem ouve. Tal noção contribui para que o próprio sujeito surdo se posicione abaixo dessa linha da normalidade instaurada socialmente.

A pandemia trouxe aos docentes entrevistados uma nova consciência e, também, um caráter de frustração. As falas dos entrevistados apresentam angústias por não saberem a Língua de Sinais, mesmo que antes, também lecionassem para alunos surdos, a angústia é um adjetivo novo.

A falta de capacitação para atender a esse público é uma vertente que a pandemia trouxe de seu sombrio mar para a superfície. O tocante dessa mudança, talvez, esteja no entendimento de que a educação não está baseada, apenas, no ler e escrever, mas na formação de sujeitos com subjetividades próprias e completamente singulares.

Dessa forma, apesar de determinadas mudanças morais, concluímos que as atividades remotas propostas pela Prefeitura de Corumbá em parceria com a SEMED no universo desta pesquisa, reproduzem uma desigualdade de acesso à informação educacional quando se trata de ofertar as mesmas condições de acesso e o mesmo padrão de qualidade para sujeitos surdos, reafirmando estereótipos negativos nas percepções dos próprios alunos que utilizam um sistema linguístico diferente da maioria.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL/MEC. Conselho Nacional de Educação. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo** [...]. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 ago. 2020.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Sociedade capitalista e produção disciplinar excludente: a atualidade de Vigiar e Punir na compreensão da função-sujeito contemporânea. *In*: CARVALHO, Alexandre Filordi de. GALLO, Sílvio (org.). **Repensar a educação: 40 anos após vigiar e punir**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. p. 175-207.

CORUMBÁ. **Plataforma online da SEMED de Corumbá**. Prefeitura de Corumbá: Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <http://www.semedcorumba.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2020

DEED/INEP/MEC. **Mapa da coleta – Censo Escolar 2020 – Matrícula Inicial**. 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2014. (Leituras filosóficas).

GALLO, Sílvio. As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola: à guisa de apresentação. In: GALLO, Sílvio (org.). **As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2014. p. 11-16. (Hilário Fracalanza).

HUMPHRIES, Tom. **Communicating across cultures (deaf-hearing) and language learning**. 1977, 108 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Union Graduate School, The Union Institute e Universidades, Ohio, ProQuest Dissertations and Theses, 1977. [Tese não publicada].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Corumbá. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LIU, Ping; CHEN, Wu; CHEN, Jin-Ping. Viral Metagenomics Revealed Sendai Virus and Coronavirus Infection of Malayan Pangolins (*Manis javanica*). **Viruses**, [s.l.], v. 11, n. 11, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/v11110979>. Acesso em: 29 ago. 2020.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação).

MARTINS, Vivian. ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes-fazer escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 215-224, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>. Acesso em: 29 ago. 2020.

QEdU - Site sobre IDEB e Censo Escolar. **Censo Escolar em Caic** – Padre Ernesto Sassida E Cemei Catarina Anastácio Da Cruz. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/50023950-em-caic-padre-ernesto-sassida-e-cemei-catarina-anastacio-da-cruz/censo-escolar>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PEÑA-OTERO, D. DÍAZ-PÉREZ, D. DE-LA-ROSA-CARRILLO, D. BELLO-DRONDA, S. ¿Preparados para el nuevo coronavirus? **Archivos de Bronconeumología**, [s.l.], v. 56, n. 4, p. 195-196, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arbres.2020.02.009>. Acesso em: 29 ago. 2020.

REIS, Marlon Ferreira dos. O que a COVID-19 tem a dizer aos historiadores? Uma breve reflexão sobre o presente e o futuro historiográfico. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 10, n. 18, p. 119-137, jan./jul. 2020. Dossiê: A teoria da história e a história da historiografia ante os desafios contemporâneos: saber histórico, comprometimento ético e ativismos políticos. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/9964>. Acesso em: 29 ago. 2020.

RODRIGUES, Lucianna. Os encantos de Corumbá, uma cidade que vai além do Pantanal. **CORREIO BRASILIENSE**, 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2017/07/05/interna_turismo,607398/conheca-corumba-a-capital-do-pantanal.shtml. Acesso em: 29 ago. 2020.

SKLIAR, Carlos. **Desobedecer a linguagem**: educar. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017. (Educação: Experiência e Sentido). [Edição de Kindle].